



Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

CNPJ/MF nº 20.223.016/0001-70



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Em Reais)

Senhores Acionistas, A Administração da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. – BMTE, apresenta e submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em cumprimento às disposições legais e estatutárias. A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. ("BMTE" ou "Sociedade") sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, 9º andar – Centro – RJ, constituída em 20 de março de 2014, é uma sociedade em fase operacional. A BMTE foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "State Grid"), Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 11/2013 ("Leilão"). A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar parte da energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adiciona uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN) ("Projeto"). O Projeto prevê a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão (UAT) de 800 KVCC, com aproximadamente 2.087 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais, atingindo 4 Estados (Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais). O Projeto entrou em operação comercial em 12 de dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no Contrato de Concessão ANEEL nº 14/2014, firmado em 16/junho/2014. A Receita Anual Permitida ("RAP") estabelecida no contrato de concessão era de R\$ 434.647.038. Em 21 de julho de 2022, a ANEEL

de acordo com a Resolução Homologatória nº 12.177, estabeleceu em R\$ 760.583.714,74 a RAP da Sociedade para o período de julho de 2022 a junho de 2023. A companhia apresentou um resultado societário de R\$ 360.022.251 no exercício de 2022 e uma receita operacional de R\$ 954.984.920 e com base nesse resultado, a Diretoria aprovou hoje a proposta de destinação do lucro de 2022 no montante de R\$ 505.285 a ser aprovado pelo conselho de administração em assembleia geral ordinária. **1. Empreendimento.** 1.1. **Operação.** Durante 2022, tivemos uma disponibilidade de 99,18 %, sendo a maior parte indisponibilidade (0,61%) devido a manutenção preventiva anual realizada no período preferencial de manutenção. Esta manutenção tem a finalidade de promover e garantir uma maior confiabilidade dos nossos equipamentos. O consumo horas do eletrodo terra foram 83h e 35min de um total de 220 horas ano, em modo de operação Monopolar por Retorno por Terra. Fechamos o ano com 156 minutos da franquia de 1200 minutos para desligamento intempestivos e corretivos. As manutenções corretivas consumiram 177 minutos e os desligamentos intempestivos em 2022, consumiram 868 minutos da nossa franquia. Tivemos o retorno de 505 minutos consumidos no ano de 2021. A PV paga em 2022 foi de R\$ 9.135.150,02, o que representou 1,27% da RAP. Esta PV foi devido ao desligamento para a troca do reator de neutro do polo 2 na EC Estreito. **2. Meio Ambiente.** 2.1. **Projetos Sociais.** A BMTE tem buscado desenvolver ações sociais nos municípios interceptados pelo Empreendimento. Os projetos buscam atender duas vertentes: a de impacto pontual e a de transformação regional. No âmbito dos Projetos Pontuais, temos trabalhado na recuperação de escolas, doação de transporte para pacientes de hemodiálise, construção de rodoviária, construção de casa de idoso, dentre outros. Os projetos pontuais já se encontram finalizados cuja relação pode ser vista na tabela abaixo:

PROJETOS SUPORTADOS PELO SUBCRÉDITO D DO BNDES	PARTICIPES DOS TERMOS	VALOR PROJETO NO BNDES	BUDGET REVISADO	PARCELAS LIBERADAS BNDES	VALORES APLICADO Até Dezembro/21	OBSERVAÇÃO
TC TMA 113/2019 - Reforma de Escolas em Anapu	PMAnapu/FBDS	707.861,34	724.273,78	714.341,79	724.273,80	Obra CONCLUÍDA
TC TMA 114/2019 - Veículo para o Programa de Tratamento Fora de do município em Anapu	PM Anapu / FBDS	219.968,00	203.555,56	203.556,56	203.556,56	Obra CONCLUÍDA
TC TMA 112/2019 - CCPI em Pacajá	PM Pacajá / FBDS	518.050,23	513.542,42	508.317,44	513.542,42	Obra CONCLUÍDA
TC TMA 108/2019 - Rodoviária em Pacajá	PM Pacajá / FBDS	839.319,04	824.296,91	818.901,95	824.296,91	Obra CONCLUÍDA
TC TMA 110/2019 - Cadeia Produtiva de Cacau em N.R.	PM Novo Repartimento / FBDS	412.760,00	452.175,33	412.760,00	452.175,33	Obra CONCLUÍDA - Verbas Remanejadas
TC TMA 111/2019 - Laboratório em N. R.	PM Novo Repartimento / FBDS	194.981,97	105.145,82	161.444,00	108.669,98	Obra CONCLUÍDA
TC TMA 118/2019 - Aviário em Anapu	ASPABOM - Associação dos Pequenos Agricultores de Bom Jesus- Anapu / FBDS	157.997,50	166.693,27	166.693,27	166.693,27	Obra CONCLUÍDA
TC TMA 122/2019 - Viveiro de Mudas em Pacajá	CFR - Associação das Famílias da Casa Família Rural	160.703,62	160.703,62	144.633,00	116.016,42	Obra CONCLUÍDA - Falta liberação dos últimos pagamentos
TC TMA 167/2020 - Camas Hospitalares Rio	Francisco de Assis da Silva - Pacajá / FBDS	1.384.668,88	1.384.668,88	1.384.668,88	1.384.652,22	Obra CONCLUÍDA
TC TMA 170/2020 - Cestas Básicas Rio	Secretaria Municipal de Saude do Rio de Janeiro	500.000,00	500.000,00	500.000,00	499.697,20	Obra CONCLUÍDA
TC TMA 174/2020 - Cestas Básicas e Medicamentos Anapu	Prefeitura de Anapu/PA	200.000,00	200.000,00	202.782,65	199.542,01	Projeto Concluído
TC TMA 174/2020 - Cestas Básicas e Medicamentos Anapu	COOTERP Vila PALMATES / FBDS	449.870,21	449.870,21	448.789,81	468.789,81	Projeto Concluído

2.2. Projetos Estruturantes. Os projetos estruturantes foram idealizados para fomentar as vocações econômicas regionais incrementando a renda das comunidades. A BMTE, em parceria com renomados pesquisadores/instituições, iniciou a implementação de ações como: 1) Elaborar/atualizar os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural para a Agricultura Familiar. 2) Capacitar equipes técnicas das Secretarias de Agricultura municipais em sistemas produtivos sustentáveis e agroindustrialização. 3) Estruturar as Casas Familiares Rurais (CFR) nos municípios de Anapu, Pacajá e Conceição do Araguaia no Pará. 4) Implantar Unidades de Produção para fins pedagógicos para formação dos alu-

nos das CFRs. 5) Implementar unidades de agroindustrialização de produtos das cadeias produtivas existentes nos municípios: - 12 Agroindústrias Polpa de Fruta; - 12 Unidade demonstrativa de Sistemas Agroflorestais – SAFs; - 12 Casas de Farinha; - 12 Unidade Demonstrativa de Mandioca. Estes projetos, face a necessidade de contatos com a população local, sejam produtores como administradores regionais, foi muito prejudicada pela pandemia que se prorrogou pelo ano 2021, entretanto o desenvolvimento dos trabalhos não foi interrompido, uma revisão do seu escopo foi proposta e aprovada pelo BNDES, e a posição em dezembro/2022 pode ser vista na tabela abaixo:

PROJETOS SUPORTADOS PELO SUBCRÉDITO D DO BNDES	PARTICIPES DOS TERMOS	VALOR PROJETO NO BNDES	BUDGET REVISADO	PARCELAS LIBERADAS BNDES	VALORES APLICADO Até Dezembro/22	Previsão de Realização Janeiro/2023	PREZAO	OBSERVAÇÃO
TOTAL PROJETOS PONTUAIS		5.746.180,79	5.688.405,72	5.666.889,35	5.674.555,63			
TOTAL PROJETOS ESTRUTURANTES ETAPA 1		3.442.274,00	3.138.924,26	3.043.191,25	2.974.276,70			
ETAPA 2	implementar unidades de agroindustrialização de produtos das cadeias produtivas existentes nos municípios Anapu, Pacajá e Novo Repartimento: - 2 agroindústrias de polpas de frutas e 2 agroindústrias de farinha. Itupiranga e Marabá: - 1 agroindústria de polpas de frutas e 2 agroindústrias de farinha. Curionópolis e Parauapebas: - 1 agroindústria de polpas de frutas e 2 agroindústrias de farinha. Sapucaia Xinguara e Rio Maria: - 3 agroindústrias de polpas de frutas e 1 agroindústria de farinha. Floresta do Araguaia e Conceição do Araguaia: - 2 agroindústrias de polpas da frutas e 2 agroindústrias de farinha.	3.507.890,84	3.811.240,56	1.815.000,00	176.108,49	328.664,17	Novembro/2023	FBDS/IPAM apresentou plano de trabalho para conclusão dos trabalhos até outubro/2023. Planejamento Financeiro mantido, 9 Agroindústrias de Polpa de Frutas e 9 Agroindústrias de Farinha, reduzindo para 18 unidades acordados com o BNDES. Definição dos parceiros que se juntaram ao IPAM/FBDS e a BMTE foi conduzido. Termos de Cooperação para formalizar o repasse das benfeitorias conduzidos. Formulários para Pedidos de Aquisição das obras da Agroindústrias autorizado, licitação iniciada.
TOTAL PROJ ETOS ESTRUTURANTES ETAPA 2		3.507.890,84	3.811.240,56	1.815.000,00	176.108,49	328.664,17		
TOTAL PROJETOS ESTRUTURANTES		12.696.345,63	12.638.570,54	10.525.080,60	8.824.940,82	9.153.604,99		
TOTAL APROVADO BNDES		28.654,37	86.429,46					
AGUARDANDO APROVAÇÃO BNDES		12.725.000,00	12.725.000,00					
AGUARDANDO DELIBERAÇÃO								
TOTAL SUBCRÉDITO D BNDES								

2.3. Incentivo Fiscal. De forma a ampliar as ações sociais da companhia, foi criado internamente um Comitê de Incentivo Fiscal envolvendo os setores de meio ambiente, contábil e administrativo. Por meio de avaliações criteriosas de uma significativa quantidade de projetos aptos a receberem os recursos, o grupo de trabalho avalia conflitos de uso, de imagem, de escopo e ações desenvolvidas pelos projetos a serem contemplados garantindo assim a correta aplicação do recurso em projetos com viés social relevante e sempre que possível um bom retorno de imagem para a BMTE. Neste contexto, iniciamos o ano de 2022 com 03 projetos: Projeto Craque do Amanhã – Parceria com renomados jogadores de futebol na busca da formação social de craques na vida. O futebol é apenas um instrumento de agregar o aluno tirando das ruas e inserindo na escola, meninos e meninas em condição de vulnerabilidade. Ademais, cada família recebe cestas básicas o que faz com que as crianças não precisem ir para o sinal vender bala ou fazer malabarismo para obtenção de alimento para sua família. Fonte do Recurso - Lei de Incentivo ao Esporte



Projeto Escola de Música da Rocinha – Projeto localizado na Favela da Rocinha que integra a arte no cotidiano das famílias residentes na comunidade. A transformação através da música permite o engajamento da criança com conceitos de amizade, companheirismo, ritmo, organização e criatividade. Fonte do Recurso - Lei Rouanet.



Projeto Hospital do Amor – Trata-se do projeto de combate ao câncer mais importante da América Latina. A BMTE faz parte de um grande time na luta contra o câncer. O projeto possui abrangência nacional e conta com fontes de recursos da lei de incentivo para manter suas atividades em pleno funcionamento. Fonte do Recurso – Lei do Idoso.



2.4. Educação Ambiental. 2.3.1 **Campanhas de Educação.** • Suspensão em decorrência da pandemia de Covid-19 (Ações previstas para 2023). 2.3.2 **Plataforma digital.** A interação entre a BMTE e a Sociedade foi ampliada com lançamento da Plataforma Virtual: <http://pea.bmte.com.br>. Lá você encontra diversas informações sobre o Empreendimento, o licenciamento ambiental e o próprio projeto de Educação Ambiental. Por meio de dinâmicas, os professores e alunos podem testar seus conhecimentos no jogo "Se liga no caminho da Energia". Desde a finalização do contrato de Educação Ambiental em março de 2020, em função da Pandemia do Coronavírus a BMTE não vem realizando novas investidas de campo neste processo. Como o traçado da LT não atravessa aglomerados urbanos o Programa de Educação Ambiental prioriza avançar em localidades propensas a aglomeração de pessoas como escolas, igrejas, clubes ou associações. Estima-se que com o retorno das aulas na modalidade presencial e com a liberação do trânsito de pessoas nas localidades o Programa possa ser retomado considerando as vulnerabilidades sociais de cada localidade. Estão contratadas e previstas 16 campanhas no ano de 2023. 2.4 **Reposição Florestal.** Compromisso Ambiental: A BMTE está implementando 923,49 hectares de florestas nativas.

REPOSIÇÃO FLORESTAL LT 800 KV CC Xingu / Estreito 26/12/2022

UF	Orgão Gestor	UC/Local	Sigla	Município	Qtdte (ha)	Empresa	Situação atual
PA	IDEFLOR	Martirios	PESAM	São Geraldo do Araguaia	110	MATTOS	Projeto em andamento - finaliza em 2023
PA	SEMMA	Veredas dos Carajás	PNMVC	Canaã dos Carajás		MAMORÉ	Contrato Finalizado. Termo de Quitação emitido pela SEMMA.
PA	SEMMA	Áreas internas do Município Canaã		Canaã dos Carajás	109	MATTOS	Contrato sendo finalizado. Termo de Quitação emitido pela SEMMA.
PA	SEMMA	Parauapebas		Parauapebas	79	MATTOS	Contrato sendo finalizado. Termo de Quitação emitido pela SEMMA.
PA	BMTE	Anexo a EC Xingu	BMTE	Anapu	16	STCP	Resultado final sendo apresentado ao término dos demais contratos do Pará.
TO	NATUJ	UC LAJEADO	PEL	Palmas	133	STCP	Contrato Finalizado. Termo de Quitação emitido pela Naturals.
GO	SECIMA	PE JOÃO LEITE	PEJol	Goiania	90	MAMORÉ	Projeto em andamento - finaliza em 2023
MG	IEF	PE PARACATU	PEP	Paracatu	43	EMBAUBA	Projeto em andamento - finaliza em 2023
SP	BMTE	Área do Eletrodo	BMTE	Altinópolis	10,49	MAMORÉ	Incêndio-Projetoemfasederecuperação.
					Total:	923,49	demanda 883,49

670 hectares já finalizados. Os projetos contemplam uma área maior do que demanda em decorrência, também, da necessidade de reposição de cortes seletivos necessários na etapa de operação.

3. Desempenho Econômico-Financeiro	3.1. Investimentos:		3.2. Endividamentos:	
Bancos	Remuneração	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
BTG Pactual	105% CDI	31/05/2022	-	R\$ 5.241.694
BTG Pactual	104,25% CDI	31/05/2022	-	R\$ 4.034.563
BTG Pactual	104,95% CDI	14/04/2022	-	R\$ 9.491.866
BTG Pactual	105% CDI	28/04/2022	-	R\$ 15.686.811
BTG Pactual	104,25% CDI	23/03/2023	R\$ 10.143.944	-
BTG Pactual	103,5% CDI	29/05/2023	R\$ 10.978.192	-
BTG Pactual	104,25% CDI	23/01/2023	R\$ 10.371.986	-
BTG Pactual	105,1% CDI	03/01/2023	R\$ 5.229.228	-
Bank of China	107% CDI	14/04/2022	-	R\$ 5.203.370
Bank of China	103% CDI	18/04/2023	R\$ 5.802.035	-
Banco do Paraná	110% CDI	04/05/2023	R\$ 3.899.240	R\$ 3.428.680
Banco do Paraná	111% CDI	18/05/2023	R\$ 4.726.564	R\$ 4.152.524
Banco do Paraná	109% CDI	20/06/2023	-	R\$ 4.342.283
Banco do Paraná	105% CDI	02/07/2024	R\$ 5.325.825	-
Banco Safra	104,5% CDI	28/06/2022	-	R\$ 5.503.995
Banco Safra	102,5% CDI	14/04/2022	-	R\$ 7.114.878
Banco Safra	102,8% CDI	24/05/2022	-	R\$ 5.045.315
Banco Safra	104% CDI	21/12/2022	-	R\$ 10.530.395
Banco Safra	104% CDI	27/12/2022	-	R\$ 7.931.455
Banco Safra	102,95% CDI	10/04/2023	R\$ 10.291.672	-
Banco BMG	112% CDI	29/06/2022	-	R\$ 4.344.577
Banco BMG	105% CDI	09/05/2022	-	R\$ 3.408.744
Banco BMG	105% CDI	23/05/2022	-	R\$ 4.122.771
Banco BMG	107% CDI	28/07/2025	R\$ 5.567.939	-
Banco Haintog	107% CDI	12/05/2022	-	R\$ 6.225.981
Banco Haintog	107% CDI	19/06/2023	R\$ 5.047.899	R\$ 7.758.714
Banco Haintog	107% CDI	13/07/2022	-	R\$ 3.610.122
Banco Haintog	107% CDI	08/09/2023	R\$ 8.116.234	R\$ 7.163.863
Banco Haintog	104% CDI	21/11/2023	-	R\$ 7.070.636
Banco Haintog	104,5% CDI	29/12/2023	R\$ 1.220.900	R\$ 5.003.632
Banco Haintog	104% CDI	08/04/2024	R\$ 4.437.839	-
Banco Haintog	105% CDI	29/07/2024	R\$ 11.962.251	-
Banco Haintog	104% CDI	30/09/2024	R\$ 7.753.703	-
China Construction Bar	107% CDI	19/04/2022	-	R\$ 7.444.293
China Construction Bar	105% CDI	08/07/2024	R\$ 8.224.663	-
China Construction Bar	103,5% CDI	30/09/2024	R\$ 6.201.971	-
China Construction Bar	105% CDI	30/10/2024	R\$ 10.226.441	-
Banco Baycoval	108% CDI	16/06/2022	-	R\$ 7.390.513
Banco Baycoval	106% CDI	21/06/2023	R\$ 2.844.833	R\$ 3.610.406
Banco Baycoval	103% CDI	13/07/2022	-	R\$ 3.610.406
Banco Baycoval	106% CDI	10/08/2023	-	R\$ 7.179.361
Banco Baycoval	106% CDI	16/09/2022	-	R\$ 10.220.522
Banco Baycoval	106% CDI	26/01/2022	-	R\$ 5.408.227
Banco Baycoval	105% CDI	30/11/2022	-	R\$ 5.041.930
Banco Baycoval	104% CDI	17/07/2024	R\$ 4.580.747	-
Banco Baycoval	105% CDI	08/02/2023	R\$ 13.682.669	-
Banco Baycoval	104% CDI	26/01/2023	R\$ 12.862.320	-
Banco Baycoval	101% CDI	21/10/2024	R\$ 1.249.411	-
XP	106% CDI	18/12/2023	R\$ 9.027.731	-
Banco da Amazônia	100% Selic		R\$ 4.235.079	R\$ 3.769.397
CEF 93	2,3568% a.a	Fundo	R\$ 32.650.090	R\$ 31.352.060
CEF 34	2,3568% a.a	Fundo	R\$ 58.528.616	R\$ 56.076.827
CEF 95	2,3568% a.a	Fundo	R\$ 8.374.591	R\$ 7.094.457
CEF 96	2,3568% a.a	Fundo	R\$ 49.992.343	R\$ 42.584.836
Itaú	20% CDI	Vinculada	R\$ 222.795	R\$ 295.319
			R\$ 330.934.917	R\$ 326.730.860

Empréstimos e financiamentos	31/12/2021	Liberação	Amortização do principal	Amortização dos juros	Juros	Custos	31/12/2022
BNDES (a)	1.605.543.384	1.815.000	(96.034.429)	(134.103.495)	145.633.664	-	1.522.854.125
CEF (b)	856.261.170	-	(48.368.367)	(80.045.011)	86.196.483	-	814.044.276
(-) custos a amortizar	(38.320.598)	-	-	-	-	-	3.604.901 (34.715.698)
	2.423.483.956	1.815.000	(144.402.796)	(214.148.505)	231.830.148	-	3.604.901 2.302.182.702
							31/12/2021 31/12/2022
							356.759.408 362.121.119
							2.066.724.548 1.940.061.585
							2.423.483.956 2.302.182.704

Empréstimos e financiamentos	31/12/2020	Liberação	Amortização do principal	Amortização dos juros
------------------------------	------------	-----------	--------------------------	-----------------------



Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

CNPJ/MF nº 20.223.016/0001-70



Gestão: Define as práticas e as regras de gestão relevantes para a Belo Monte Transmissora de Energia, permitindo maior sinergia, assertividade e êxito nas diversas atividades realizadas, além de refletir o nível de maturidade dos seus colaboradores. É composto por um conjunto de Sistemas de Gestão, que reúne práticas alinhadas com os objetivos estratégicos e articuladas pelo Sistema de Reuniões e acompanhamento constantes quanto ao bom funcionamento do empreendimento e a qualidade de seus equipamentos.

4. COVID. No período da pandemia do Coronavírus, a BMTTE adotou uma série de medidas preventivas, tais como: contratação de um médico exclusivo para apoio aos empregados e dependentes; as atividades em campo com adoção do regime de revezamento; as atividades de escritório no regime de home-office; aferição de temperatura na

entrada, obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool em gel, limpeza reforçada em todas as dependências da BMTTE, entre outras.

Agradecimentos. Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Sociedade. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Sociedade.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2023.

Tao Sun - Diretor Presidente / Financeiro José Flávio Serafim Penna - Diretor Técnico / Meio Ambiente

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2022 e 2021 (Em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	64.825.957	43.086.219
Títulos e valores mobiliários	8	177.154.123	185.853.174
Concessionárias e permissionárias	10	78.357.308	70.346.501
Impostos a recuperar	9	9.895.511	4.106.481
Ativo contratual	11	781.639.880	740.680.261
Despesas antecipadas		156.517	2.215.715
Almoxarifado		7.321.675	19.651.387
Outras		17.149.473	7.173.677
Total do ativo circulante		1.136.500.444	1.073.113.415
Ativo contratual	11	7.513.877.207	7.285.351.872
Depósitos vinculados		153.780.718	137.108.180
Depósitos judiciais	8	9.747.660	9.753.304
Imobilizado		5.563.579	5.621.911
Intangível		978.949	952.315
Total do ativo não circulante		7.683.948.113	7.438.787.583
Total do ativo		8.820.448.557	8.511.900.997
Passivo			
Fornecedores		9.646.500	3.565.278
Salários e encargos sociais		11.110.625	8.411.449
Impostos a recolher	12	7.358.637	6.565.202
Empréstimos e financiamentos	13	362.121.119	356.759.408
Encargos setoriais		14.361.519	10.861.337
Debêntures	14	96.337.401	82.527.645
Dividendos a pagar		85.505.285	77.477.506
Total do passivo circulante		586.441.087	546.167.825
Empréstimos e financiamentos	13	1.940.061.585	2.066.724.548
Debêntures	14	606.056.032	609.934.956
Provisão para contingências	15	8.398.898	8.337.896
Impostos diferidos	17	1.586.005.022	1.413.561.020
Total do passivo não circulante		4.140.521.538	4.098.558.420
Total do passivo		4.726.962.624	4.644.726.245
Patrimônio líquido			
Capital social	18	3.011.000.000	3.011.000.000
Reserva legal		75.211.609	57.210.496
Reserva de retenção de lucros		1.007.274.323	798.964.256
Total do patrimônio líquido		4.093.485.932	3.867.174.752
Total do passivo e patrimônio líquido		8.820.448.557	8.511.900.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.011.000.000	40.899.442	562.063.254	-	3.613.962.696
Reserva Sudam Reserva Legal	-	16.311.054	4.468.484	(16.311.054)	4.468.484
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(77.477.506)	(77.477.506)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	326.221.078	326.221.078
Dividendos adicionais propostos	-	-	232.432.518	(232.432.518)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.011.000.000	57.210.496	798.964.256	-	3.867.174.752
Reserva Sudam	-	-	1.794.213	-	1.794.213
Reserva Legal	-	18.001.113	-	(18.001.113)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(85.505.285)	(85.505.285)
Dividendos adicionais pagos	-	-	(50.000.000)	-	(50.000.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	360.022.251	360.022.251
Dividendos adicionais propostos	-	-	256.515.854	(256.515.854)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.011.000.000	75.211.609	1.007.274.323	-	4.093.485.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	19	954.984.920	896.974.497
Custo de operação	20	(127.543.579)	(82.718.669)
Lucro bruto		827.441.341	814.255.828
Despesas gerais e administrativas	21	(18.031.919)	(15.660.276)
Resultado operacional		809.409.422	798.595.552
Receitas financeiras		40.058.388	15.999.577
Despesas financeiras		(333.521.162)	(324.402.774)
Resultado financeiro	22	(293.462.774)	(308.403.198)
Lucro antes dos impostos		515.946.647	490.192.355
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(9.166.142)	(12.998.555)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(146.758.254)	(150.972.722)
Lucro líquido do exercício		360.022.251	326.221.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	360.022.251	326.221.078
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	360.022.251	326.221.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	360.022.251	326.221.078
Lucro líquido do exercício		
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	1.481.624	805.950
Remuneração sobre o ativo contratual	(981.596.344)	(927.215.946)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.595.782	148.074
Baixa de estoque	14.868.936	-
Baixa de imobilizado	126.607	-
Juros BNDES/CEF e debêntures e amortização dos custos	331.481.391	322.739.676
Provisão para contingências	61.002	778.662
Provisão para IR e CS	21.983.282	-
Impostos diferidos	171.749.920	175.791.635
Outros	1.537.890	367.118

Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais

Impostos a recuperar	(5.789.030)	(2.760.578)
Adiantamentos	-	(3.668.149)
Outros ativos	(10.041.896)	(152.364)
Despesas antecipadas	2.059.198	(1.948.650)
Concessionárias e permissionárias	(12.606.589)	(2.886.524)
Ativo contratual	712.111.390	659.598.594
Almoxarifado	(2.539.225)	(3.332.154)
Depósitos judiciais	5.644	(72.204)
Fornecedores	6.337.545	(1.181.506)
Salários e encargos	2.699.176	119.217
Obrigações fiscais	793.435	15.282.521
Encargos setoriais	3.500.183	(137.694)
Impostos diferido	694.082	48.681

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.917.180)	(11.718.637)
Pagamento juros debêntures	(52.212.173)	(49.297.702)
Pagamento juros empréstimos	(214.148.505)	(198.054.740)

Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento	623.536.256	558.543.637
Títulos e valores mobiliários	8.699.050	(58.295.954)
Aquisição de ativo imobilizado / intangível	(1.576.533)	(319.307)
Depósitos vinculados	(16.672.539)	(12.179.225)

Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento

Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(9.550.021)	(70.794.486)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.815.000	1.992.974
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(144.402.796)	(141.409.415)
Pagamento de debêntures	(33.903.338)	(21.465.744)
Pagamento de dividendos	(127.477.506)	(69.891.029)

Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento

Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	21.739.738	(2.095.371)
No início do exercício	43.086.219	45.181.590
No fim do exercício	64.825.957	43.086.219

Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa

Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	21.739.738	(2.095.371)
--	-------------------	--------------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

1 Contexto operacional. A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. ("Sociedade" ou "BMTTE") sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 801 - 9º Andar - Centro - RJ e foi constituída em 20 de março de 2014. A Sociedade foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. ("State Grid"), Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") nº 011/2013 ("Leilão"). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2023. **1.1 Da concessão.** A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adicionará uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional ("SIN") ("Projeto"). O Projeto previa a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão ("UAT") de 800 kV, com aproximadamente 2.092 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais. A Resolução Autorizativa nº 6.262 de 28 de março de 2017 autorizou a Sociedade a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade, revogando a Resolução Autorizativa nº 5.948, de 12 de julho de 2016, que transferia a titularidade do reforço de barramento da Subestação ("SE") de Xingu à Sociedade e encontrava-se suspensa por medida judicial. A Resolução Autorizativa nº 6.006 de 23 de agosto de 2016 que transfere a titularidade da SE Estreito à Sociedade encontra-se aprovada. Em 29 de setembro de 2016, foi recebido pela Sociedade, o mandado de segurança nº 1007433-96.2016.4.01.3400, o qual requer a suspensão da Resolução Autorizativa nº 6.006, cuja liminar para suspensão não foi deferida, visto que o juízo aguardava ouvir o Ministério Público Federal ("MPF"). Em 20 de setembro de 2016 o juízo decidiu por postergar a análise do pedido liminar para depois da apresentação das informações e do parecer do MPF, sendo assim, até a apresentação dessas demonstrações financeiras a titularidade da SE Estreito permanece à Sociedade. O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contados a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. Já o período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018. O Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão. Com a entrada em operação comercial, a Sociedade recebeu a sua primeira RAP em dezembro de 2017. A Receita Anual Permitida ("RAP") estabelecida no contrato de concessão era de R\$ 434.647.038. Em 21 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 12.177, estabeleceu em R\$ 760.583.714,74 a RAP da Sociedade para o período de julho de 2022 a junho de 2023. Despacho ANEEL 4.036, de 17 de dezembro de 2021, estabeleceu a implantação de um transformador 500/13,8kV, dedicada à alimentação dos serviços auxiliares da EC Estreito como Reforço. Determinou-se o início da operação comercial 18 meses a partir do Ofício Circular 009/2021-SCT/ANEEL, de 24 de dezembro de 2021, o qual notifica a publicação do Despacho ANEEL supracitado no DOU. Confirmado que o orçamento do Banco de Preços da ANEEL sobre o valor Global do Investimento correspondente, todos os contratos foram assinados com os fornecedores de bens e serviços em abril/maio/22. Projetos executivos e fabricação de equipamentos se encontram em curso e com previsão para fevereiro/23, enquanto a entrada em operação do transformador está prevista para junho de 2023. A previsão de receita é para o ciclo da RAP 2023/2024. **1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).** A Sociedade, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar, a partir de 2 de outubro de 2014, no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto às autoridades governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 7 de outubro de 2014. **1.3 Sudam.** O incentivo fiscal consiste na redução de 75% do imposto de renda e adicionais não-reatribuíveis devidos calculados sobre o lucro da exploração. A Sociedade obteve o incentivo fiscal aprovado pela Sudam pelo prazo de 10 anos, iniciado no ano-calendário 2018 conforme LAUD Constitutivo nº 97/2018 de 10 de setembro de 2018. **1.4 Questões ambientais.** A viabilidade ambiental do projeto foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), por meio da Licença Prévia nº 506/2015, de 20 de maio de 2015. Em 05 de outubro de 2015, por meio da Licença de Instalação nº 1080/2015, foi autorizado à Sociedade implantar as estações conversoras e canteiros principais. A licença de instalação para a linha de transmissão e canteiros auxiliares, foi liberada em janeiro de 2016 pelo IBAMA. Em 17 de novembro de 2016, por meio da Licença de Instalação nº 1136/2016, foi autorizado à Sociedade implantar as linhas de eletrodo nas subestações. Em 04 de dezembro de 2017, por meio da Licença de Operação nº 1414/2017, foi autorizado à Sociedade entrada em operação. A Sociedade monitora o atendimento de todas as condicionantes do licenciamento, mantendo assim, perante o órgão licenciador e demais intervenientes, a conformidade legal do empreendimento. **1.5 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19.** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Sociedade definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A Sociedade não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras ou incertezas significativas. **1.6 Riscos climáticos.** Em se tratando riscos climáticos, podemos citar eventos naturais extremos, como ventos muito intensos, tempestades, descargas atmosféricas, fortes ondas de calor e queimadas são fatores que aumentam o risco da interrupção da transmissão de eletricidade. Perturbações causadas por esses eventos em linhas de transmissão podem resultar em desligamentos não programados e interromper o fornecimento de energia, causando prejuízos ao agente transmissor (Parcela Variável - PV), ao operador nacional do sistema elétrico (ONS) e a toda a cadeia de geradores e consumidores de energia elétrica, com impactos negativos na economia. Desligamentos por descargas elétricas: São comuns, normais e esperados, não gerando em sua grande maioria prejuízos financeiros à BMTTE. Desligamentos por queda de Torres em decorrência desses eventos extremos: Embora sejam mais complexos a sociedade possui planos de recomposição, assim como treinamento das equipes para o reestabelecimento rápido da linha, inclusive foram adquiridos torres de emergência para o mais rápido reestabelecimento da linha mitigando os riscos de PV ocasionada por este tipo de evento. Queimadas: O projeto da linha de transmissão já contemplou este tipo de risco pelo "alçamento das torres" dado que a nossa Licença de Operação não permite o corte raso da vegetação sob a linha. **2 Base de preparação e apresentação.** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1 Classificação circulante e não circulante.** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalente caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional

normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante. **2.2 Julgamentos, estimativas, e premissas contábeis significativas.** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. **Estimativas e premissas.** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Contabilização de contratos de concessão.** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo de contrato.** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo de contrato.** A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de infraestrutura.** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos possuem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. **Determinação das receitas de operação e manutenção.** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. **Provisão para contingências.** As contingências e provisões de natureza judicial são constantemente avaliadas e revistas de forma a analisar eventos, parâmetros, mensurar riscos e quantificar adequadamente seus valores. A complexidade da legislação Brasileira, além da volumosa judicialização processual, com consequentes decisões judiciais, enunciados, súmulas, obriga a um permanente acompanhamento de riscos e processos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação.** Estas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **5 Principais políticas contábeis.** A Sociedade aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras. **5.1 Caixa e equivalente de caixa.** Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente,



Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

CNPJ/MF nº 20.223.016/0001-70

que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulante **5.13 Apuração do resultado.** O resultado das operações é apurado em conformidades com o regime contábil de competência. **5.14 Receita operacional.** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção – Serviços de implementação de infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. b) Remuneração do ativo contratual de concessão – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção – Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **6 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações.** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: **Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado":** a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **Alteração ao IAS 37/CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios":** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) IAS 41/CP 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

7 Caixa e equivalentes de caixa
Bancos
 Banco do Brasil 5.587 10.989
 Banco Bradesco 47.962 24.016
 Caixa Econômica* 64.772.069 39.281.708
 Banco Itaú 10 110
 Banco Daycoval 329 -
 Banco da Amazonia - 3.769.397
Total **64.825.957** **43.086.219**
 *A Caixa Econômica Federal é o banco centralizador dos recebíveis dos clientes e liquidante dos empréstimos.

8 Títulos e valores mobiliários
Bancos
 Itaú 222.719 295.209
 BTG 36.723.350 34.454.933
 Safra 10.291.672 36.126.038
 Haitong 38.538.827 36.832.957
 CCB 24.653.075 7.444.293

13 Empréstimos e financiamentos
Empréstimos e financiamentos
 BNDES (a) 1.697.763.384 1.992.974 (94.408.993) (123.218.854)
 CEF (b) 903.166.503 - (47.000.422) (74.835.886)
 (-) custos a amortizar (41.925.499) - - -
2.559.004.953 **1.992.974** **(141.409.415)** **(198.054.740)** **198.345.283**

Empréstimos e financiamentos
 BNDES (a) 1.605.543.384 1.815.000 (96.034.429) (134.103.495)
 CEF (b) 856.261.170 - (48.368.367) (80.045.011)
 (-) custos a amortizar (38.320.598) - - -
2.423.483.955 **1.815.000** **(144.402.796)** **(214.148.505)** **231.830.148**

14 Debêntures
Debêntures
 2ª Emissão 669.309.351 (21.465.744) (49.297.702) 118.337.962
 (-) custos a amortizar (26.872.796) - - -
642.436.555 **(21.465.744)** **(49.297.702)** **118.337.962**

Debêntures
 2ª Emissão 716.883.868 (33.903.338) (52.212.173) 93.594.813
 (-) custos a amortizar (24.421.266) - - -
692.462.601 **(33.903.338)** **(52.212.173)** **93.594.813**

As características dos empréstimos e financiamentos estão detalhadas abaixo:

Financiadores	Data da contratação	Valor Contratado	Valor Liberado	Vencimento da dívida	Taxa efetiva a.a.		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos Liquidado
BNDES - Sub "A" (a)	17/03/2017	1.429.986.000	1.429.986.000	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal
BNDES - Sub "B" (a)	17/03/2017	31.616.000	15.099.500	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal
BNDES - Sub "C" (a)	17/03/2017	210.673.000	201.007.615	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal
BNDES - Sub "D" (a)	17/03/2017	12.725.000	6.517.290	15/08/2032	TJLP	2,98%	Mensal	Mensal
BNDES/Repasso - Sub "A" (b)	17/03/2017	748.225.000	748.225.000	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal
BNDES/Repasso - Sub "B" (b)	17/03/2017	16.543.000	7.900.500	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal
BNDES/Repasso - Sub "C" (b)	17/03/2017	110.232.000	105.175.084	15/08/2032	TJLP	4,10%	Mensal	Mensal

(a) O contrato de empréstimo com o BNDES exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). Dentre essas cláusulas restritivas, destacam-se: ● Manter, durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 25%. ● Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,2, ao longo de todo o prazo de amortização. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Sociedade estava em conformidade com as cláusulas contratuais dos empréstimos.

15 Provisões para contingências e depósitos judiciais. A sociedade é parte em processos judiciais e administrativos com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória sob regime de garantia firme de colocação da sua 2ª emissão pública. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 7,13% ao ano, acima do índice de correção IPCA. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão de forma semestral, iniciando-se a primeira prestação em 15 de dezembro de 2018 e vencendo a última prestação em 15 de dezembro de 2031. Pelo fato das garantias do empreendimento (Penhor de Ações e Recebíveis) serem compartilhadas com os financiadores BNDES e Caixa Econômica Federal (CEF), o instrumento da 2ª emissão de debêntures também exige a manutenção dos mesmos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas) previstas nos referidos contratos de financiamentos de longo prazo do BNDES e CEF, conforme descrito na nota explicativa 13. Os acionistas foram fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

	31/12/2022	31/12/2021
State Grid	51,0%	51,0%
Eletronorte	24,5%	24,5%
Furnas	24,5%	24,5%

16 Partes relacionadas
2022

Ativo	FURNAS	ELETRO-NORTE	STATE GRID	TOTAL
Contas a receber	1.593.692	1.831.289	-	3.424.980
Total	1.593.692	1.831.289	-	3.424.980

Passivo	FURNAS	ELETRO-NORTE	STATE GRID	TOTAL
Dividendos a pagar Fornecedores	20.948.795	20.948.795	43.607.695	85.505.285
Total	20.948.795	20.948.795	43.607.695	85.505.285

(+) Receitas Receita de prestação de serviço	FURNAS	ELETRO-NORTE	STATE GRID	TOTAL
	18.584.331	21.409.099	-	39.993.430
Total	18.584.331	21.409.099	-	39.993.430

(-) Despesas Despesa de aluguel	FURNAS	ELETRO-NORTE	STATE GRID	TOTAL
	-	-	1.121.895	1.121.895
Total	-	-	1.121.895	1,121.895

Ativo	FURNAS	ELETRO-NORTE	STATE GRID	TOTAL
Contas a receber	1.556.202	1.708.527	-	3.264.729
Total	1.556.202	1.708.527	-	3.264.729

Passivo	FURNAS	ELETRO-NORTE	STATE GRID	TOTAL
Dividendos a pagar	18.981.989	18.981.989	39.513.528	77.477.506
Total	18.981.989	18,981.989	39,513.528	77,477.506

(+) Receitas Receita de prestação de serviço	FURNAS	ELETRO-NORTE	STATE GRID	TOTAL
	17.815.054	18.559.013	-	36.374.067
Total	17.815.054	18.559.013	-	36.374.067

(-) Despesas Despesa de aluguel	FURNAS	ELETRO-NORTE	STATE GRID	TOTAL
	-	-	1.167.490	1,167.490
Total	-	-	1,167.490	1,167.490

A remuneração dos administradores está abaixo relacionada:

Ativo	FURNAS	ELETRO-NORTE	STATE GRID	TOTAL
Diretoria	1.143.922	31	-	1.143.953
Conselho de administração	476.054	476.054	-	952.108
Conselho fiscal	206.404	190.422	-	396.826
Total	1.826.379	1.686.478	-	3.512.857

17 Impostos diferidos
 31/12/2022 31/12/2021
 715.008.205 690.065.220
 870.996.818 723.495.800
Total **1.586.005.022** **1.413.561.020**
 Refere-se ao passivo fiscal diferido sobre diferença temporária do ativo de contrato relacionado à aplicação do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Daycoval	32.375.147	41.695.793
Bank of China	5.802.035	5.203.370
Banco Paraná	13.951.629	11.924.488
Banco BMG	5.567.939	11.876.092
XP Inc.	9.027.731	-
Depósitos vinculados		
CEF (a)	149.545.639	137.108.180
Banco da Amazônia	4.235.079	-
Total	330.934.842	322.961.353
31/12/2022	31/12/2021	
Circulante	177.154.123	185.853.174
Não circulante	153.780.718	137.108.180
Total	326.699.762	322.961.353

Os títulos e valores mobiliários referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas em média à taxa de 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), todas com possibilidade de resgate no curto prazo e sem alteração significativa de valor e os da CEF refere-se a fundo de investimentos. (a) Depósito vinculante referente a bloqueio da RAP referente a condicionante de contrato do BNDES de longo prazo.

9 Impostos a recuperar	31/12/2022	31/12/2021
Saldo negativo IRPJ	6.010.158	3.167.646
CSLL a recuperar	3.536.440	390.812
PIS e COFINS retidos de clientes	40.761	239.871
Outros	308.152	308.152
Total	9.895.511	4.106.481

Revisão tributária nos últimos 5 anos da ECF gerou crédito de imposto de renda e contribuição social a recuperar a ser compensado em janeiro de 2023 e saldo negativo de 2022 que será compensado neste exercício.

10 Concessionárias e permissionárias	31/12/2022	31/12/2021
Os faturamentos mensais são efetuados conforme avisos de créditos emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 5 do mês subsequente.		
A vencer	65.551.414	69.465.404
Vencidas até 3 meses	7.480.382	151.366
Vencidas de 3 a 6 meses	5.325.512	729.730
Total	78.357.308	70.346.501

A Sociedade efetuou provisão dos valores vencidos no montante de 5.325.512 (31 de dezembro de 2021 – 729.730). Cliente excluído do AVC (Quinturare) em aberto a mais de 90 dias.

11 Ativo contratual	31/12/2020	Receita de O&M	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2021
Ativo de contrato	7.758.414.782	71.142.503.927	215.946.730	741.097.802	8.026.032.133
Circulante	-	-	-	701.867.015	740.680.261
Não circulante	-	-	-	7.056.547.766	7.285.351.872
Total	7.758.414.782	71.142.503.927	215.946.730	7.741.097.802	8.026.032.133

Ativo de contrato	31/12/2021	Receita de O&M	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2022
Ativo de contrato	8.026.032.133	81.201.692	981.596.344	(793.313.082)	8.295.517.087
Circulante	-	-	-	740.680.261	781.639.880
Não circulante	-	-	-	7.285.351.872	7.513.877.207
Total	8.026.032.133	81.201.692	981.596.344	7.285.351.872	8.295.517.087

12 Impostos a recolher	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ	375.714	-
Contribuição social	405.224	214.623
PIS	1.100.905	1.066.198
COFINS	5.109.682	4.936.882
INSS retido a recolher	132.240	152.656
ISS	145.695	162.714
Outros	89.177	-
Total	7.358.637	6.565.202

13 Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	39.815.547	13.779.929
Receita sobre aplicação financeira (a)	(1.953.556)	(7.780.263)
PIS e COFINS s/receitas financeiras	2.196.397	2.999.910
Outras receitas financeiras	40.058.387	15.999.577
Total	40.058.387	15.999.577

Despesa financeira	31/12/2022	31/12/2021
Juros – debêntures	(93.594.813)	(118.337.962)
Juros – empréstimos	(231.830.148)	(198.345.283)
Custo dívida nacional	(6.056.431)	(6.056.431)
Outras despesas financeiras	(2.039.770)	(1.663.098)
Total	(333.521.162)	(324.402.774)

Resultado financeiro líquido	31/12/2022	31/12/2021
(a) Aumento da receita financeira devido a maior disponibilidade de caixa durante o segundo semestre de 2022 e aumento do CDI.	293.462.775	(308.403.196)
Total	(293.462.775)	(308.403.196)

22 Conciliação da alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social Base Negativa/Prejuízo fiscal não reconhecidos	(515.946.647)	(490.192.355)
Despesa calculada a alíquota de 34%	27.740.271	16.414.985
Ajustes para apuração da alíquota efetiva	(165.990.168)	(161.084.306)
Indisponibilidade	-	-
Provisão de Bônus	(1.044.836)	(1.416.521)
Doações	(11.003)	(1.177.416)
Despesa não dedutível	(6.110)	-
Reversão	(39.258)	24.000
Adicional	24.000	-
Provisão Letigio	(1.177.143)	-
Outros	(1.860.831)	(293.034)
Benefício SUDAM	1.794.213	4.468.486
Adições permanentes	-	-
Despesa de IR/CS	(168.311.136)	(159.502.791)

Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (corrente) Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (diferido)
 9.166.142 12.998.555
 146.758.254 150.972.722
(1.794.213) (4.468.486)

Reserva SUDAM	31/12/2022	31/12/2021
Alíquota efetiva (corrente)	30%	33%



Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

CNPJ/MF nº 20.223.016/0001-70



	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo amortizado	Total	Total	Total
Instrumentos financeiros				
Ativos financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa	69.061.037	69.061.037	43.086.219	
Títulos e valores mobiliários	177.154.123	177.154.123	185.853.174	
Concessionárias e permissionárias	78.357.308	78.357.308	70.346.481	
Depósitos vinculados	149.545.639	149.545.639	137.108.180	
Passivos financeiros				
Fornecedores	9.646.500	9.646.500	3.565.278	
Empréstimos e financiamentos	2.302.182.704	2.302.182.704	2.423.483.956	
Debêntures	561.697.379	561.697.379	692.462.601	

de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo saldo a pagar refere-se ao montante total de € 629.730. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Contratado	Objeto	Data
Siemens AG	Subestações conversora - HVDC	11/02/2015

Cronograma de vencimentos:
2023
Em € 58.266

26 Cobertura de seguros (não auditado). Para proteção do seu patrimônio, a Companhia administra por meio da contratação de seguros os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o seu patrimônio, bem como os riscos sujeitos ao seguro

obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. O resumo das apólices vigentes encontra-se abaixo relacionadas:

Seguradora	Modalidade	Vigência	Valor em Risco
Fairfax Brasil Seguros Corporativos	Riscos Operacionais Responsabilidade Civil	08/12/2024	861.904.306
HD Global Seguros S.A.	Geral	11/12/2023	10.000.000
Tokio Marine Seguradora	Compreensivo Empresarial	08/12/2023	2.800.000
Mapfre Seguros	Drones - Equipamentos	30/03/2023	162.200
Essor Seguros	RD- Equipamentos	08/12/2023	783.722
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	04/12/2023	10.494.276
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	01/03/2027	497.811

Tao Sun
Diretor Presidente / Financeiro

José Flavio Serafim Penna
Diretor Técnico / Meio Ambiente

Simone Cortez Gomes Novello
Contadora - CRC-RJ 095172/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria.** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA. Mensuração do ativo de contrato da linha de transmissão (Notas 5.8 e 11).** O ativo de contrato da linha de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da Diretoria sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo. Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação da margem de lucro esperada em relação às obrigações de performance e a identificação da taxa de remuneração, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da diretoria sobre a mensuração do valor presente com base no fluxo de caixa futuro. Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir de melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.** Atualizamos o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato de concessão da linha de transmissão de energia elétrica. Efetuamos a leitura do contrato de concessão e aditivo e discutimos com a diretoria os principais aspectos, dentre eles os com-

ponentes variáveis do preço do contrato. Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida (RAP) nos controles auxiliares com os dados constantes nos contratos de transmissão. Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Diretoria são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras.** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profis-

sional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023.

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador
CRC 1MG070614/O-5

